

A historiografia oitocentista: a “ciência histórica” em Fustel de Coulanges*

Diogo da Silva Roiz¹

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A obra de François Hartog² é rica e instigante. Quando, em 1980, inovou a investigação da obra de Heródoto (484/5-430aC)³, dando destaque à leitura que fez sobre o “outro”, bárbaro, estrangeiro, por que não grego, em compasso com as interpretações e os usos que foram feitos de sua análise, de sua obra e até do personagem histórico ao longo do tempo (ora visto como *pai da história*, ora visto como *mentiroso*), demonstraria, ao mesmo tempo, as relações entre História e historiografia, de um lado, e os usos do passado no presente, de outro (HARTOG, 1999).

Com o passar do tempo e o progresso de seus estudos a respeito da historiografia antiga e moderna, Hartog (2001, 2003b, 2003c, 2004) avançaria em suas propostas teórico-metodológicas, sugerindo a hipótese de que cada época formaria nos grupos e nos indivíduos diferentes formas de apreensão do tempo histórico, no qual (as categorias) passado, presente e futuro seriam articulados de acordo com as *relações de força*, que seriam impulsionadas pelos indivíduos, e proporcionadas pelos projetos políticos e de mudança social, ao enfatizarem com maior ou menor propensão as *tradições do passado*, as *ideologias no presente*, ou as *utopias para o futuro*. Em vista disso, cunharia o conceito de “regimes de historicidade”, em que entende “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro”, e conforme a “ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma”; por isso, “não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico” (2006, p. 16) de interpretação do processo histórico, e da maneira pela qual é apreendido pelos indivíduos, tanto quanto pela escrita da história. Apesar da importância desse instrumental analítico,

* The nineteenth century historiography: the “historical science” in Fustel de Coulanges

¹ Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (diogosr@yahoo.com.br).

² Historiador francês, especialista em historiografia antiga e moderna, que inovou a interpretação de textos antigos, nas suas pesquisas e em seus seminários ministrados na *Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais* (EHESS) em Paris (onde também foi professor e diretor de estudos). No Brasil já foram traduzidas suas obras: *O espelho de Heródoto* (1999), *A história de Homero a Santo Agostinho* (2001), *Os antigos, o passado e o presente* (2003) e *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga* (2004). Além desses livros publicou ainda: *Des Regimes D'historicite* (2003), *Evidence de l'histoire* (2005) e *Anciens, modernes, sauvages* (2005).

³ Considerado o pai da história, Heródoto é conhecido, principalmente, por suas *Histórias*, atualmente traduzidas por *Investigações*, em função da diferença entre o que entendia por História e escrita da história e o que passaria a ser definido a partir do século XVIII.

evidentemente, não cabe aqui discutir os critérios de leitura de autores e obras, de interpretação de contextos ou movimentos socioculturais, e a maneira como esse conceito estaria articulado à sutil análise e apropriação que Hartog faria das obras de Paul Ricoeur (1913-2005) e Reinhart Koselleck (1923-2006).

De forma muito sintética teríamos, para ele, um antigo “regime de historicidade” configurado com a *historia magistra vitae*, a história como mestra da vida por que fornecedora de exemplos do passado para a orientação das ações dos grupos e dos indivíduos no presente, estando “fundado sobre o paralelo”, que dimensiona “apelo às lições da história e recorre à imitação” de seus gestos e de suas opções para o presente, em vista de o passado ser sempre uma construção retrospectiva, em cada presente histórico. Este modelo teria vigorado até o século XVIII, quando então se formaria um novo “regime de historicidade”, em que o “tempo é percebido como aceleração, [e] o [acontecimento] exemplar deu lugar ao [processo] único”, por que o “acontecimento é aquilo que não se repete”. Tal processo, configuraria um regime *futurista*, sobre os critérios de apreensão das categorias: passado, presente e futuro. Na medida em que os exemplos do passado não nos servem como opções de orientação no presente, tanto quanto a compreensão de sequências de acontecimentos vinculados a um processo histórico único, linear e progressivo para o futuro não fornece mais as reais dimensões do que ainda não ocorreu, ter-se-ia, ao longo do século passado, a conformação de um regime *presentista*, em função da atrofiação tanto do *passado* quanto do *futuro*, em vista da maior elasticidade do próprio *presente*. Donde a constante preocupação com a memória (coletiva e individual), os lugares de memória, os museus e o patrimônio histórico, cujo valor, entre outras coisas, estaria em efetuar uma constante manutenção das *identidades coletivas*, por virem a ser mais fluídas e dinâmicas nesse contexto.

Foi justamente tendo em vista essas questões, que Hartog se aventuraria a estudar a historiografia oitocentista, por meio da análise pormenorizada do caso da *história científica* praticada por Fustel de Coulanges (1830-1889)⁴. Como nos esclarece Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010), ao apresentar esta edição:

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício,

⁴ Foi historiador francês, especialista em história antiga e medieval, e é conhecido, principalmente, em função de seu livro *A cidade antiga* de 1864.

A historiografia oitocentista: a “ciência histórica” em Fustel de Coulanges

D.S. Roiz

redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. O historiador do século XIX, integrante dessa geração, Fustel de Coulanges [...] não se furtou a estas tarefas, como o demonstram os escritos dedicados ao conhecimento histórico de uma época e também aqueles que problematizam as tarefas do historiador no exercício de seu ofício (2003a; pp. 9-10).

Para demonstrar o movimento deste autor e de sua obra na historiografia oitocentista, ao ser também um praticante de seu modelo de história científica, Hartog toma por base não apenas a periodização de nascimento e morte do autor (1830-1889), mas também a de rememoração, ampliação e crítica de seu legado (entre 1905 e a comemoração do centenário de seu nascimento em 1930). Para ele, embora a escolha mais provável fosse estudar a obra de Jules Michelet (1798-1874)⁵, não o fez por que estava numa universidade onde Fustel havia ensinado e esta mantinha uma sala com seu nome, e também por que “Michelet está [mais] do lado da memória [...] [e] Fustel está [mais] do lado da história” (p. 19). Além do mais, a “escrita em nome do futuro conheceu no século XIX uma forma dominante e até evidente: a da história nacional”, e também “nela, e sobretudo nela, se encontra a dissonância de Fustel, ele que jamais deixou de pensar na história recente da França, mesmo quando elaborou *A cidade antiga*” (p. 23). Por outro lado, ao “longo de todo o século, os historiadores tentaram entender esse momento fundador [da Nação], e, portanto, inscrevê-lo e dar-lhe sentido no longo percurso da história da França”, pois, daí “adveio, na verdade, o moderno conceito de história e definiu-se a tarefa (ou mesmo a missão) do historiador” (p. 24).

Ao se tornar também leitor dos historiadores do século XIX, Fustel, nas últimas décadas de sua vida, efetuará certa “operação historiográfica”, como a definiu Michel de Certeau de acordo com a articulação de um *lugar*, uma *prática* e uma *escrita*, mas dando ênfase apenas a conduta da *prática* de pesquisa, como notará Hartog. De acordo com Hartog, Fustel teria como “objeto privilegiado do historiador” o estudo (do que amplamente definiria) das instituições. Assim:

⁵ Jules Michelet foi historiador francês, e é reconhecido por suas inovações no campo dos estudos históricos pelos seus estudos sobre o povo, as mulheres, além de ter escrito uma extensa história da França.

Nesses avatares da história nacional de um século ao outro, Fustel de Coulanges propôs uma apreensão do nacional no tempo: rejeitada naquele momento, ela não deixou de avançar, com a sua série de equívocos. Reinscrever Fustel nessa história, reconstruindo seu ponto de vista, acrescenta a isso, espero eu, um pouco de inteligibilidade e, ao mesmo tempo, de complexidade [ao entendimento do processo] (p. 30).

Durante o período de 1830 a 1930, “ou um século de historiografia, que vê construir-se, na França, uma disciplina com suas instituições e regras, seus mestres e sua influência”, com “uma tradição simbolizada pela nova Sorbonne”, a escrita da história “é examinada aqui não passo a passo nem em sua totalidade, mas apenas em alguns de seus momentos de renovação, de divergências ou subentendidos, e a partir de uma obra, ou melhor, de um nome, o de um historiador de importância reconhecida, controvertido, esquecido, ignorado: de Guizot a Bloch e Febvre, passando por Fustel” (p. 32), é o caminho tortuoso, complexo e tenso que se abordará nessa obra, projetando os diferentes momentos em que este pensaria e repensaria sua *prática*, assim como delinear a sua escrita da história da cidade antiga e da França medieval e moderna.

Para circunstanciar essas questões, Hartog dividiu o texto em duas partes. Na primeira, deter-se-ia no caso de Fustel, atendo-se a maneira como abordou a cidade antiga e a cidade moderna, os infortúnios de seu método e de sua prática, e na morte e vida de um “historiador nacional”, onde estas estariam marcadas pelos períodos de esquecimento e de memórias entre 1889 e 1930. Na segunda, Hartog nos oferece um rico acervo de textos (pp. 183-356) de Fustel (inéditos no Brasil), em que abordaria a história da França, as configurações do método histórico e da prática de uma história (entendida como eminentemente) científica, assim como seus exercícios de escritura de uma história nacional.

De início, detém-se em como se formou o historiador, escrevendo seus textos, criticando outros, e indo da antiguidade ao período medieval, nos quais haveria o momento de conversão de uma especialização, sendo agraciado, nesse processo, com uma cátedra na nova Sorbonne, que foi criada para ele, Fustel. Para Hartog, sobretudo depois de 1870, “as notas, os esboços, as aulas inaugurais, os artigos e os prefácios de Fustel mostram uma preocupação metodológica que se vai afirmando e reforçando, até a ruminação, ou mesmo a obsessão” (p. 91), a tal ponto que Charles Seignobos (1854-1942)⁶ o verá como o “mais metódico dos historiadores franceses”, como destacará Hartog.

⁶ Historiador francês, conhecido, principalmente, por sua obra *Introdução aos estudos históricos*, publicada em 1898, em parceria com Charles-Victor Langlois (1863-1929).

Como o próprio Fustel indicará – no acervo de textos reunidos na segunda parte – minha “única preocupação será buscar a verdade, e, por muito cruel que esta possa ser, vou enunciá-la de acordo com minha convicção”, visto que quando “escrevo a história, já não sou um francês, sou um ser humano” (p. 185). De seu prefácio a discussão sobre a França e a Prússia entre 1815 e 1866, ele ainda acrescentará que: imparcial “entre os dois povos, terei mais facilidade em sê-lo em relação aos governos e aos partidos” (p. 186). Além do mais, ao circunstanciar as regras do método, em “A história, ciência pura” (de 1875), notaria que:

A história é uma ciência pura, uma ciência como a física ou como a geologia. Ela visa apenas encontrar fatos, descobrir verdades. Estuda o ser humano, em suas inúmeras diversidades, em suas incessantes modificações, como a fisiologia estuda o corpo humano, ou como a geologia observa e conta as revoluções do globo.

Ela é tão imparcial, tão independente e tão impessoal quanto todas as demais ciências. Acrescento que ela nem sequer tem um objetivo prático.

Ouçó por vezes dizer que a história do passado deve ajudar-nos a entender o presente e a adivinhar o futuro, e que pode, portanto, ser útil ao homem de Estado. Não nego isso de maneira absoluta, embora me incline a crer que o político fará muito melhor se observar o presente e se o conhecer bem do que se mantiver os olhos fixos no passado. Pode-se contudo tirar da história algum proveito para o presente e para o futuro. É possível que, ao nos mostrar como as sociedades humanas viveram em outras épocas, ela nos permita concluir por indução como devemos viver e como se viverá depois de nós. É possível que, ao nos dizer de que maneira se formaram as instituições sociais e políticas e de que modo duraram, ela nos ensine indiretamente em que condição um governo se institui e dura (pp. 305-6).

Destarte, que não “é preciso dizer que a verdade histórica só se encontra nos documentos”, assim como também “não é preciso acrescentar que é pela análise correta de cada documento que o historiador deve iniciar seu trabalho”, e que isso “consiste em examinar cuidadosamente cada elemento desse texto, em estabelecer o sentido de cada palavra e em apurar o verdadeiro pensamento de quem escreveu” (p. 313), por que a “verdade não consiste em pensar de acordo com os textos, mas em pensar como eles” (p. 338),

mesmo que se admita que exista “a parcialidade que se reconhece e se confessa”, e aquela “que não se vê e da qual não se escapa” (p. 331). Não por acaso, Fustel mencionaria que a “história muda de acordo com as idéias que fazemos de cada época” (p. 333).

Ao voltar-se para os infortúnios de seu método, Hartog, em sua análise minuciosa, enfatizaria ainda que suas “argumentações são verdadeiras e plausíveis, porque consentâneas com as novas normas da cientificidade: verídicas e com foros de autenticidade”, mas “no juízo de seus críticos, não podiam ser verdadeiras, porque pecavam contra a verossimilhança” (p. 93). Desse modo:

Ainda aquém da ciência, mesmo que tenha feito progressos nesse caminho, acaba por ser condenado em nome do método, embora seja qualificado como ‘o mais metódico’ dos historiadores. Em suma, enganou-se metodicamente! (p. 97).

Em vista disso, Hartog retoma os caminhos que levaram ao seu esquecimento logo após sua morte em 1889, e as razões que tornaram possível o seu retorno nos debates a partir de 1905 (com manifestações favoráveis a seu método e a sua escrita da história nacional francesa, que culminaria com a criação de sociedades em seu nome), com o auge desse movimento repercutindo com as comemorações do centenário de seu nascimento em 1930, que “deu azo a duas comemorações: a oficial e outra, que de qualquer modo teria ocorrido, discreta ou até confidencial, à sombra da Action Française; e tanto mais discreta quanto a oficial era mais visível” (p. 171). Nesse percurso:

[...] a austera figura de Fustel resume os avanços e as limitações (mais ainda os de seus sucessores do que os seus) da história do século XIX. Por trás da miopia e da timidez de uma história tornada ‘positivista’, ele pode ser reconhecido como um antepassado legítimo, já um pouco remoto, de quem o tempo se encarregou de nos separar (p. 175).

Assim, se “existe a metodologia (quase sempre polêmica e sobre um fundo de negação), em sua prática efetiva de historiador, ele soube manipular esse cientificismo exacerbado e esterilizante, a tal ponto que Bloch pôde reconhecer nele um dos fundadores da história social”; mas, “confrontado com o grande tema da história nacional, o historiador já não pode ter a incumbência de refazer a tradição” (p. 179). E é “em relação a essas grandes correntes que são os pensamentos contra-revolucionário, tradicionalista, liberal e democrático”, com seus inevitáveis quiproquós e desavenças, “onde se deixa apreender e construir o caso Fustel” (p. 180).

Portanto, ao descrever os passos de sua trajetória, e ao circunstanciar os caminhos de seu método, que o levariam a escrever uma história da cidade antiga, tanto quanto da moderna, com ênfase para a definição de uma história nacional para a França, que Hartog nos apresentaria um historiador nacional, cientificista, metódico e objetivo, como foi o *caso* de Fustel de Coulanges. Sendo ao mesmo tempo pária em seu tempo, por primar pelo método e se tornar paradoxal ao expô-lo e ao praticá-lo, a ponto de os críticos o acusarem de falta de verossimilhança, também seria reconhecido por Seignobos como o ‘mais metódico’ dos historiadores franceses do século XIX. Nesse sentido, o texto demonstra as razões de suas escolhas, ainda que ambíguas, sobre o método e a prática de pesquisa que dariam base a sua escrita da história, inscrita em “regimes de historicidade” em mutação, entre uma *história exemplar*, na qual os exemplos do passado ainda serviam para orientar as ações dos sujeitos no presente, e uma *história processual*, na qual a história seria contínua e voltada para o futuro. Assim sintetizados os principais pontos de sua análise, não há como negar que esta obra ocupará lugar de destaque, entre as referências sobre a história da historiografia dos Oitocentos.

Referências bibliográficas

HARTOG, F. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003a.

HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Tradução: José Otávio Guimarães. Brasília: Editora da UnB, 2003b.

HARTOG, F. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HARTOG, F. (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HARTOG, F. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Le Seuil, 2003c.

HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da historia. In: M.L.S. GUIMARÃES (Org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Pp. 15-25. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.